



SANDES JÚNIOR, PP, Goiás.

Ampliação da população negra no País, conforme pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Persistência de diferenças entre os indicadores sociais das populações negra e branca. Considerações sobre a política de cotas para acesso de afrodescendentes às universidades públicas. Editorial As cotas no Supremo, publicado pelo jornal Folha de S.Paulo.

Sessão 20.05.2008 / DCD 21.05.2008, p. 22123

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA projeta que ainda neste ano a quantidade de negros (soma das pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas) vai superar a de brancos na população.

Em 2010, segundo o órgão do Governo Federal, eles já serão maioria absoluta entre os brasileiros, superando assim a soma de brancos, indígenas e amarelos no País.

Segundo o trabalho, o avanço da população negra ganhou impulso nos últimos anos muito por conta do trabalho de movimentos negros e sociais.

A base do estudo são dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do IBGE, na qual os entrevistados se declaram pretos, pardos, brancos, amarelos ou indígenas.

Sobre essa estimativa, o IPEA pondera: *"Se as tendências de fecundidade continuarem como nos últimos anos, a partir de 2010 o Brasil será um país de maioria absoluta de negros. Como as taxas de fecundidade estão caindo também entre as mulheres negras, haverá uma estabilização da proporção de negros, talvez em torno de 50% da população"*.

Segundo a PNAD de 1976, a população brasileira era formada por 57,2% de brancos e 40,1% de negros. Trinta anos depois, os negros (soma de pretos e pardos) passaram a representar 49,5% da população, contra 49,7% dos brancos.



Atualmente, segundo dados do IBGE reunidos no estudo do IPEA, a média salarial dos negros representa 53% da média entre os brancos.

De acordo com o instituto, uma equiparação de renda somente ocorrerá em 2040, isso diante da manutenção do atual ritmo de aquecimento social, provocado, entre outros, pelo Programa Bolsa-Família e pelo aumento do poder de compra do salário mínimo.

O IPEA diz que *"o ritmo de queda [da diferença] dos últimos anos reflete um período extraordinariamente positivo que dificilmente se manterá nos próximos anos"*.

Segundo o estudo, o número de vagas cresceu nos últimos 30 anos tanto para brancos como para os negros. A diferença entre os 2 grupos, porém, também avançou. Os 4,3 pontos percentuais de 1976 foram a 13 pontos em 2006, sempre a favor dos brancos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE adota 5 categorias de cor ou raça: branca, preta, parda, amarela e indígena.

O uso da classificação "preta" é polêmico e encontra resistência em setores do movimento negro. O IBGE afirma que definiu essas categorias como forma de simplificar as pesquisas.

A respeito da questão do negro, Sr. Presidente, gostaria de fazer referência a um editorial da *Folha de S.Paulo*, publicado na edição do dia 14 de maio.

Diz o texto:

"Grupos favoráveis e contrários à adoção de cotas raciais nas universidades travam uma guerra de manifestos em Brasília. No dia 30, intelectuais enviaram ao Supremo Tribunal Federal, que julga ações diretas de inconstitucionalidade



sobre o tema, o documento intitulado 'Cento e treze cidadãos anti-racistas contra as leis raciais'.

No último dia 13, foi a vez de defensores da reserva visitarem a corte e a Câmara - onde tramita projeto que institui cotas em todas as universidades federais - para apresentar seu manifesto. A questão é intricada e provoca debates acalorados, mas não a ponto de inviabilizar abordagem serena, respeitosa e racional.

A sociedade brasileira, apesar da propaganda em torno da democracia racial, conserva-se discriminadora. Embora seja difícil provar em juízo casos de racismo contra um indivíduo em particular, a divisão emerge clara das estatísticas. Um exemplo recente é a pesquisa do Ibope com o Instituto Ethos, divulgada pela Folha no domingo, dia 11, mostrando que negros e pardos, que são quase metade da população, ocupam só 3,5% dos cargos de chefia nas maiores empresas do país.

Também é consensual que um maior acesso de negros à educação superior ajudaria a reduzir as diferenças. As disputas se tornam mais acres quando se debatem as formas de ampliar a presença de negros na universidade.

Grupos contrários às cotas argumentam, com razão, que esse tipo de política afronta o ideal republicano da igualdade de todos diante da lei. Também apontam dificuldades intransponíveis para a definição de quem é negro, o que tem gerado 'soluções' absurdas, como as comissões de classificação racial, experimentadas nas universidades federais de Brasília e do Maranhão, que recendem a fascismo e devem ser denunciadas.

É possível, entretanto, evitar essas armadilhas teóricas e práticas sem renunciar a medidas anti-racistas. Um dos efeitos do racismo é que os grupos discriminados acabam perenizando-se nos estratos de baixa renda. Uma política que favoreça pessoas mais pobres automaticamente contemplará



negros, índios e outras minorias sem o risco de racializar as relações sociais. Uma maneira eficaz e mais isonômica de selecionar essa população é beneficiar vestibulandos oriundos da escola pública, sem distinção de cor.

Já para preservar o acesso por mérito, o melhor é deixar de lado o sistema de cotas, que opera com números predeterminados de vagas a serem preenchidas. Em vez disso, o mais indicado é conceder um bônus na nota do vestibular aos estudantes beneficiados pela ação afirmativa".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.